

PARECER N.º 471/CITE/2023

Assunto: Parecer prévio à recusa de pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível de trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
Processo nº CITE-FH/2299/2023

1.1. A CITE recebeu, a 11.05.2023, via eletrónica, do ..., um pedido de emissão de parecer prévio à recusa de prestação de trabalho em regime de horário flexível pelo solicitado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ..., trabalhadora na entidade empregadora supra identificada.

1.2. Em 13.04.2023, a entidade empregadora rececionou um pedido de prestação de trabalho em regime de horário flexível da trabalhadora.

1.3. A requerente solicita que lhe seja atribuído um horário das 9 às 18horas, somente em dias úteis, com uma hora de pausa para refeição.

1.4. Assenta, o seu pedido, na necessidade de prestar assistência imprescindível e inadiável à filha menor, de 5 anos de idade, uma vez que o outro progenitor se encontra no estrangeiro. O prazo para que o pedido perdure é pelo limite legal, ou seja, até que a criança perfaça 12 anos de idade – cf. artigo 56.º/1 do CT. E, através do conteúdo do solicitado, é possível depreender-se que a requerente vive com a descendentes em comunhão de mesa e habitação.

1.5. Em 28.04.2023, o empregador responde à trabalhadora apresentando os motivos que justificam a sua intenção de recusa. Tendo esta sido enviada por via eletrónica, a apreciação pela trabalhadora fica dispensada de apreciação, uma vez que foi realizada a 05.05.2023, com dois dias de atraso.

1.6. Nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, «nos cinco dias subsequentes ao fim do prazo para apreciação pelo trabalhador, o empregador envia o processo para apreciação pela entidade competente na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres [CITE], com cópia do pedido, do fundamento da intenção de o recusar e da apreciação do trabalhador», prazo este que terminou em

08.05.2023. Contudo, a entidade empregadora só remeteu o processo a esta Comissão em 11.05.2023.

1.7. A lei é muito clara: a contagem do prazo para o empregador remeter o processo à CITE é de cinco dias (para a eventual realização da apreciação pelo/a requerente) + cinco dias (para envio do processo pelo empregador a esta Comissão). Excecionam-se os casos em que o último dia do prazo coincida com sábados/domingos/feriados, o que não sucede no caso em apreço.

1.8. Dispõe a alínea c) do n.º 8 do artigo 57.º do Código do Trabalho que se considera o solicitado pela trabalhadora aceite «nos seus precisos termos» «se [o empregador] não submeter o processo à apreciação da entidade competente na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres [CITE] dentro do prazo previsto no n.º 5», ou seja, dos tais 10 dias.

1.9. Analisado o processo, verifica-se que o pedido da trabalhadora contém todos os elementos legalmente exigidos, i.e., horário a praticar, prazo para que o mesmo perdure e declaração (dedutível) de que mora com a menor em comunhão de mesa e habitação.

1.10. Face ao exposto, a CITE emite parecer desfavorável à intenção de recusa da entidade empregadora ..., relativo ao pedido de trabalho em regime de horário flexível apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ..., uma vez que o pedido se considera aceite nos seus precisos termos.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS DA CITE, EM 7 DE JUNHO DE
2023**